

## AS SUTIS (IM)PROPRIEDADES DO 'SIGNIFICAR' COM AS PALAVRAS

### **META**

Delinear um quadro com alguns dos fenômenos semânticos mais difundidos nos manuais voltados para a discussão do significado, a partir da apresentação de suas principais características e de seus exemplos mais recorrentes.

### **OBJETIVOS**

Ao final desta aula, o aluno deverá:

identificar as principais características de cada um dos fenômenos estudados;  
diferenciar os fenômenos trabalhados, destacando sua importância para os estudos linguísticos;  
reconhecer em que medida os conceitos tratados podem desvelar para o homem a sua capacidade de 'intuir' e refletir sobre a linguagem.

### **PRÉ-REQUISITOS**

A condição para um bom relacionamento com esta aula é exatamente o dobro de atenção para cada uma de suas assertivas e definições. Por que isso? Ora, porque trabalharemos com muitos conceitos distintos, de especificidades diversas, mas que, contraditoriamente, podem confundir você.

### INTRODUÇÃO

Olá!

Nas aulas anteriores, trabalhamos a problemática do significado à luz de diferentes tipos de Semântica. Logo, aludimos aos principais conceitos subjacentes a cada uma das correntes tratadas, fizemos exercícios, refletimos sobre as particularidades dos fenômenos estudados, não foi? Agora, reservamos um espaço para conversarmos sobre conceitos ainda mais corriqueiros nos livros de Semântica, entre os quais destacamos: sinonímia, antonímia, paráfrase, dêixis, anáfora e outros.

Como a variedade de conceitos é grande, faremos aproximações entre alguns deles a partir do tipo de seleção que costuma ser feita nos manuais didáticos, ok? Nossa alegria será a sua satisfação. Boa aula!

### A SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS: PROPRIEDADES SEMÂNTICAS

Como falamos nas aulas anteriores, aos semanticistas cabe estudar o significado das palavras e das sentenças de uma língua, refletindo sobre a linguagem a partir de práticas que se apoiam na capacidade que o falante tem de “significar”, de ‘dar vida’ a alguns fenômenos e propriedades semânticas, agrupando-as de acordo com algum tipo de relação.

Assim, o semanticista pode tratar de diferentes fenômenos, a depender da perspectiva que deseja endossar. Aliás, você já tinha pensado que essa área comporta ramos tão diferentes como os que vimos nas nossas aulas passadas? Se sim, ótimo, viu um pouco mais sobre o assunto; se não, passou a conhecer e isso é o que importa.

Retomando o que estávamos falando, um estudo semântico pode se ater à descrição do funcionamento dos diferentes recursos linguísticos que se encontram à disposição dos falantes. E há muitos desses recursos, viu! A propósito de falarmos nisso, que tal imaginarmos como se dá o processo de criação de um poema?! Tudo começa com uma ideia, mas ela precisa ser expressa por uma palavra, não é? Então, poeta que somos, fazemos a seleção de uma palavra, depois outra, mais uma e assim os conjuntos vão se formando com vistas à determinação de uma significação maior.

Essas palavras não são escolhidas à toa e nem em qualquer lugar, elas integram um léxico, ou seja, “o conjunto das unidades que formam a língua de uma comunidade, de uma atividade humana, de um locutor etc.” (DUBOIS et al, 1998, p. 364). Podemos escolher uma palavra para um emprego X e recusá-la para um Y, não é mesmo? Pensemos em alguém que vai fazer exame de teta para prevenir câncer... êpa, não seria melhor usarmos mama?!

Não só é melhor, dizemos que é mais adequado usar essa última forma, sim? Mas não seriam palavras sinônimas? Sim, mas quem disse que isso dispensa a adequação? Bem, outras vezes, reconhecemos como uma mesma palavra pode se revestir de diferentes significados, em contextos diferentes. Eis o que caracteriza a polissemia, por exemplo.

Mas, deixemos de tanta conversa, para nos centrarmos naquilo a que nos propomos há pouco: fenômenos e/ou propriedades semânticas de que nos valemos no dia-a-dia para expressarmos os mais diferentes significados. Como dissemos, focaremos nosso olhar para conceitos que aparecem nos manuais dedicados aos estudos semânticos. Começemos, pois, pela definição do fenômeno da sinonímia, já que foi o primeiro a que aludimos acima. Vamos lá!

## SINONÍMIA X PARÁFRASE / ANTONÍMIA X CONTRADIÇÃO

O que é um sinônimo? Oras, que pergunta, não é? Ao longo de nossas vidas, temos nos deparado várias vezes com situações do tipo “Sabe um sinônimo para auspícios?”, “Olha no dicionário o significado de nefasto, para que eu use um sinônimo aqui no texto” e tantas outras que deixam soar o nosso reconhecimento diante da existência de um leque de opções e não apenas de uma única para palavra para designarmos uma mesma coisa (conceito). Mas será mesmo que esses conceitos são os mesmos? E aquele exemplo sobre o qual falamos há bem pouco tempo? Não cabe usar teta no lugar de mama quanto estamos falando de um exame de prevenção de câncer...

Pois bem, embora tenhamos sido apresentados, no decorrer de nossa vida escolar, ao conceito de sinonímia como sendo ligado à igualdade de significados de duas ou mais palavras, a bem da verdade, trata-se de um fenômeno que se caracteriza pela equivalência de significados entre essas palavras. Como bem lembra Oliveira (2008),

sinônimos perfeitos (ou absolutos) não existem. E é exatamente a partir dessa inexistência que se pode definir sinonímia como a semelhança ou a identidade de significados, e não como a igualdade de significados.

O fato básico na sinonímia é simples: quando você encontra dois sinônimos que parecem perfeitos e cujas diferenças você não consegue determinar, isso significa apenas que você não sabe quais são as diferenças entre esses sinônimos, mas que elas existem, existem (OLIVEIRA, 2008, p.77).

Com base no que diz Ullmann, Oliveira (2008) afirma que, mesmo quando os sinônimos são muito próximos, essa coexistência não perdura, exatamente porque isso representaria uma redundância, tornando dispensável uma das formas. Assim, teríamos o desaparecimento de uma delas ou uma mudança de sentido para outra.

Para Dubois et al (1998), podemos falar de sinonímia em termos de grau e ela “tornar-se-á, assim, simplesmente a tendência das unidades de léxico de terem o mesmo significado e de serem substituíveis uma pela outra. A sinonímia pode, então, ser completa ou não, total ou não”. (DUBOIS et al, 1998, p. 555).

Do que afirmam esses autores, convém chamarmos a atenção para uma palavrinha especial: substituição. Isso porque uma tarefa bastante importante entre os semanticistas e lexicógrafos consiste na delimitação dos sinônimos e, para darem conta dessa atividade, recorrem quase sempre à substituição de um sinônimo por outro em contextos distintos. Ou seja, por meio da substituição, esses estudiosos buscam reconhecer em que medida podemos usar uma palavra e não em outra em determinados momentos. Basta que nos lembremos, aqui, do exemplo das tetas, não é mesmo?

Ora, podemos dizer que alguém tem a mama grande ou o seio grande e isso não causar estranhamento, mas dizer que uma colega da faculdade fez um exame de teta como forma de prevenção do câncer pode levantar a suspeita de que estamos ironizando com essa moça e nosso intuito seria agredi-la, atribuindo-lhe característica de vaca (há pessoas que gostam, porque esse é o animal sagrado da China – rs), que têm tetas.

Comentários à parte, porque essa seria apenas uma interpretação possível, o falante bem sabe quando deve empregar uma ou outra forma e isso acontece de forma automática, intuitiva. Há, sempre, a consideração de um contexto X.

Ilari e Geraldi (2006) falam que há a “busca da palavra certa”, ante o conjunto de possibilidades que se apresenta ao usuário para a sua escolha. Sobre esse peculiar, parece-nos oportuno dar destaque às seguintes palavras dos autores:

Às vezes, a “busca da palavra certa” tem objetivos de precisão; por exemplo, porque duas palavras que seriam intercambiáveis em contextos informais assumem sentidos específicos em contextos técnicos. Assim, roubo aplica-se a crimes considerados mais graves pelo legislador do que furto; e, no vocabulário jurídico, separação, desquite e divórcio não são a mesma coisa. (ILARI; GERALDI, 2006, p.47)

Essa propriedade sinonímica não é exclusiva do nível lexical, pois ocorre também entre sentenças. Tal fenômeno recebe o nome de paráfrase. É o que acontece nos exemplos abaixo:

(1) Dilma venceu José Serra no segundo turno das eleições presidenciais 2010.

(2) José Serra foi vencido por Dilma no segundo turno das eleições presidenciais 2010.

Uma olhada rápida para essas sentenças já nos faz reconhecer uma equivalência semântica entre voz ativa e voz passiva, não é mesmo? Temos, então, um tipo de manifestação de paráfrase.

Agora, observemos outros dois exemplos:

(3) Todos os alunos se surpreenderam com a atitude infantil da colega de sala.

(4) A surpresa com a atitude infantil da colega de sala foi unânime.

Aqui, a equivalência se dá em função da identidade semântica entre todos e unânime, que gera a sinonímia. Trata-se de um outro tipo de paráfrase.

E o que podemos falar dos exemplos destacados abaixo? Olhemos e pensemos:

(5) Juliana está triste.

(6) Juliana não está alegre.

O que fizemos? Criamos uma paráfrase a partir da oposição de elementos, não foi mesmo? Tecnicamente falando, temos uma lítote, uma figura de linguagem gerada quando uma afirmação ocorre por meio da negação da ideia oposta. E como aludimos a essa noção de oposição, cumpre-nos lembrar que, do mesmo modo que as palavras representam sinônimos umas das outras, também se opõem gradualmente entre si. Tal fenômeno é conhecido como antonímia.

Antes, porém, de nos debruçarmos sobre essa propriedade, gostaríamos de dar realce a uma observação feita por Cançado (2008), que nos alerta sobre o fato de sentenças visivelmente sinônimas poderem ecoar diferenças no significado, a partir da observação da entonação e do foco. Registramos a seguir os próprios exemplos da autora (p.44):

(7) MARIA bateu o bolo. (Quem bateu o bolo?)

(8) Maria bateu o BOLO. (O que Maria bateu?)

É bem fácil entendermos o que essa professora nos comenta, sim? No primeiro caso, houve acentuação do nome MARIA; no outro, do BOLO.

Para o papo sobre esse assunto não se alongar mais, vale ressaltarmos que, do mesmo modo que no nível lexical, no nível sentencial também não há sinonímia perfeita. O comentário de Cançado (2008) reforça essa condição:

... mesmo entre sentenças, a sinonímia perfeita não existe. Isso se procurarmos duas sentenças idênticas em termo de estrutura sintática, de entonação, de sugestões, de possibilidades metafóricas e até mesmo de estruturas fonéticas e fonológicas. Se esperamos encontrar a sinonímia nessas circunstâncias, então não é com surpresa que poderemos afirmar que esta não existe. (CANÇADO, 2008, p. 44).

Considerando, agora, o fenômeno da antonímia, a oposição de significados entre as palavras, podemos dizer que ele se manifesta a partir de 3 (três) tipos principais: i) antonímia binária ou complementar; ii) antonímia inversa; e iii) antonímia gradual.

O primeiro tipo, binário ou complementar, corresponde a pares de palavras que, quando aplicadas, excluem-se entre si, como acontece em: acordar/adormecer, ir/ficar, morte/vida. Explicando melhor, em um contexto determinado, se uma dessas palavras é usada, não cabe o uso da outra. Assim, se dissermos que alguém foi acolhido pela morte (desconsiderada aqui a crença religiosa de que há vida após a morte!), não cabe dizermos que essa pessoa está em vida.

Na antonímia inversa, uma palavra de um par de antônimos veicula um significado inverso ao significado da outra. Trocando em miúdos, um fato ou evento pode se expressar de dois modos distintos, implicando o outro, como acontece nos seguintes casos:

- (9) Maria é mãe de Laura.
- (10) Laura é filha de Maria.

Como podemos ver, a primeira sentença desse par implica a outra, inversamente falando.

A antonímia gradativa, por sua vez, compreende uma oposição que um termo mantém com o outro na extremidade não absoluta de uma escala comparativa. Eis alguns exemplos:

- (11) magro/baixo
- (12) alto/baixo

Nos casos tratados, sabemos que as noções de oposição expressas em um dos elementos de cada par não implicam necessariamente a outra. Analisemos: quando afirmamos que uma pessoa não é magra, nem sempre queremos chamá-la de gorda, porque entre uma caracterização e outra há um parâmetro de avaliação. Caso semelhante acontece na relação (12) alto/baixo. Um homem pode ser baixo para ser jogador de basquete e alto para outro tipo de atividade, não é mesmo? Tudo é uma questão de parâmetro!

Do mesmo modo que a sinonímia, também podemos falar de uma ideia ampla de antonímia, que ocorre no plano da sentença. Temos, então, o que se convencionou chamar de contradição. A contradição, assim como a antonímia, ocorre de várias formas. Quase sempre, ela é ocasionada em função do uso de palavras antônimas nas sentenças. Se pensarmos no caso de uma antonímia complementar (aquele em que a presença de uma palavra impede o uso da outra do par binário, como vimos há pouco), de imediato perceberemos uma contradição, afinal, dizer que alguém é vivo e morto, ao mesmo tempo, gera uma ideia contraditória, exceto se pensarmos em continuidades como “vivo para uma coisa” e “morto para outra”, mas isso já traz um sentido metafórico, o que não vem ao caso.

Um outro modo de expressar a contradição consiste em negar uma das propriedades semânticas de um item lexical. Assim, não há como dizermos

(13) Patrícia visitou todas as capitais europeias, mas nunca foi a Londres,

porque esta cidade representa a capital da Inglaterra, que é um país europeu.

Bom, não pretendemos esmiuçar as particularidades desse fenômeno, nossa pretensão foi apenas mostrar a sua existência e isso nós já o fizemos. A seguir, falaremos sobre os fenômenos da polissemia e da homonímia.

## POLISSEMIA X HOMONÍMIA

Ao contrário da sinonímia, que compreende um significado que pode ser expresso por diferentes palavras, a polissemia diz respeito ao fenômeno semântico em que uma única palavra apresenta dois ou mais significados, a depender do contexto onde é empregada. É o que acontece com a palavra bicho (s. m.): 1) Designação comum a todos os animais, em especial os terrestres; 2) Animal irracional, por oposição a homem; 3) Pessoa muito feia; 4) Pessoa de mau gênio, intratável; 5) Pessoa de muito valor, ou que se destaca em alguma atividade; 6) Pop. Sujeito, indivíduo, cara, camarada; 7) Fam. Piolho; 8) Pop. Cancro; 9) Pênis; 10) Matar o bicho, tomar aguardente ou outra bebida alcoólica; 11) Virar bicho, tornar-se agressivo; encolerizar-se, zangar-se (disponível em: <http://www.dicionarioweb.com.br/bicho.html>).

Ao lado desse fenômeno, costuma aparecer um outro: a homonímia, que representa a propriedade de duas ou mais palavras de significados distintos terem ou a mesma pronúncia ou a mesma grafia. No primeiro caso, dizemos que são homófonas (como em censo e senso); no segundo, chamamos de homógrafas (como em selo, verbo, e selo, substantivo).

Por vezes, no entanto, os homônimos podem ter a mesma grafia e a mesma pronúncia, neste caso, são chamados de homônimos perfeitos. Como exemplo, temos as formas são (verbo ser), são (sadio) e são (forma reduzida de santo).

Embora essas definições pareçam simples, a diferenciação entre esses dois fenômenos costumam inquietar muita gente, inclusive semanticistas e lexicógrafos, que procuram estabelecer critérios para delimitar esses fenômenos.

Para Ullmann (apud OLIVEIRA, 2008, p. 378-379), “muitos homônimos só existem na teoria; na prática não há qualquer risco de confusão, uma vez que pertencem a classes de palavras distintas”. De fato, podemos reconhecer essa singularidade em

(14) Eu selo a amizade que te tenho! (verbo)

(15) Não preciso do selo de qualquer grife! (substantivo)

Sintetizando, para esse autor, os homônimos incidem em classes gramaticais diferentes, já a polissemia não se define por essa característica. Res-salvadas essas diferenças, esses fenômenos são corriqueiramente acusados como sendo fontes para o aparecimento da ambiguidade, a possibilidade de atribuição de mais de um sentido a uma palavra ou sentença. Falaremos com menos pressa desse assunto na seção seguinte.

### AMBIGUIDADE X VAGUEZA

Como dissemos há pouco, a polissemia e a homonímia podem gerar a ambiguidade. Mais exatamente, expressam casos de ambiguidade lexical, um dos tipos de manifestação desse fenômeno. É assim chamado porque a dupla interpretação recai apenas sobre o item lexical, como podemos observar abaixo:

(16) A cabeça da moça estava solta.

Sabendo que cabeça é um termo polissêmico, fica a pergunta: solta de que modo? Pensemos numa situação trágica e então podemos ter uma interpretação como “Ela pode ter sofrido um acidente e a cabeça pode ter se deslocado do pescoço”; avaliando de modo mais metafórico, podemos entender que “Ela anda com a cabeça longe, vive distraída” ou, ainda, “Ela vive pensando em situações obscenas”. Caberiam, ao menos, duas interpretações, em função desse uso e só o contexto poderia nos salvar e nos dizer a leitura correta, né?

Há outros tipos de realização da ambiguidade, entre os quais podemos citar: ambiguidade sintática, ambiguidade de escopo e ambiguidade semântica. Falemos um pouco sobre cada um desses tipos.

A ambiguidade sintática é aquela cuja interpretação ambígua decorre das diferentes estruturas sintáticas e não da interpretação individual de uma palavra da sentença:



(17) Trabalho com vendas de chalés e apartamentos de praia.

Em (17), podemos ter duas interpretações: i) a de que o sintagma de praia se refere a chalés e apartamentos; ii) a de que há o sintagma chalés e depois apartamentos de praia. Dividindo essas estruturas em colchetes, reconhecemos as duas possibilidades:

- (18) a. Trabalho com vendas de [chalés e apartamentos]  
[de praia]  
b. Trabalho com vendas de [apartamentos] e [casas de praia]

Nas palavras de Cançado (2008), nesse tipo de exemplo, o que gera a ambiguidade são as diferentes possibilidades de reorganizar as sentenças, ou seja, a possibilidade de ocorrência de diferentes estruturas sintáticas na mesma sentença. Portanto, toda vez que se tratar de uma ambiguidade sintática, conseguimos mostrar as possibilidades de interpretação da sentença, apenas alternando a posição das expressões envolvidas na ambiguidade; o que não acontece com os outros tipos de ambiguidade. (CANÇADO, 2008, p.69)

A ambiguidade de escopo é de ordem estrutural, logo, não deriva do uso de um item lexical ambíguo, mas também não nos permite uma reorganização da sentença em estruturas sintáticas. A estrutura que está em jogo, nesse tipo de ambiguidade, é a semântica. Na realidade, é “a relação de distribuição entre as palavras que expressam uma quantificação que gera a ambiguidade” (CANÇADO, 2008, p. 69); ela envolve uma distribuição, individual ou coletiva. É o que podemos constatar no exemplo abaixo:

(19) Raquel deu um presente para todos os participantes da confraternização.

Aqui, podemos entender: a. Raquel deu um único presente para todos os participantes da confraternização; ou b. cada participante da confraternização recebeu um presente diferente. Em termos de representação, temos:

- (20) a. todos os participantes da confraternização → receberam um presente (único)  
b. cada participante da confraternização → recebeu um presente (diferente)

Diferentemente do caso de ambiguidade sintática que apresentamos em (17), quando pudemos reorganizar a mesma sentença em duas estruturas lineares, em (19), podemos representar duas estruturas subjacentes distintas,

uma com a distribuição coletiva e outra com distribuição individual.

A ambiguidade semântica, por sua vez, é originada em função da relação que os pronomes mantêm com diferentes antecedentes. Trata-se, pois, de uma questão ligada à correferencialidade:

(21) João conversou com sua filha?

Neste exemplo, a interpretação ambígua decorre do uso do pronome sua: podemos compreender que a pessoa questiona se ‘João conversou com a própria filha’, ou que o questionamento se voltaria para a ideia de que ‘João conversou com a filha de quem é ouvinte da pergunta’.

Um outro modo de gerar ambiguidade decorre da atribuição de papel temático, isto é, a função semântica (papel na sentença) que o verbo estabelece com o seu sujeito e o seu respectivo complemento, chamado de ‘argumento’ (ver box “Um pouco mais sobre a Teoria dos Casos Semânticos...”). Observemos as ocorrências abaixo:

(22) Tânia fotocopiou os livros.

(23) Tânia fez uma escova maravilhosa.

Tanto em (22) quanto em (23) Tânia pode ser a responsável por fazer as atividades expressas (fotocopiar os livros e fazer uma escova maravilhosa), nesse caso, dizemos que ela é agente das ações, como ela pode receber essas ações de alguém, nesse caso, ela é beneficiária.

Em ambos os casos, reconhecemos uma particularidade: o uso de verbos que permitem a possibilidade de sermos agentes ou beneficiários de uma ação X. Já pensou no número de vezes do nosso dia-a-dia em que dizemos algo dessa natureza e alguém nos questiona “Você mesmo cortou seu cabelo?!” e nós somos forçados a dar mais esclarecimentos sobre o que falamos? Caso para pensarmos melhor antes de darmos informação, não é?

Naturalmente, podemos identificar, nas mais diversas situações de comunicação, co-ocorrência de casos de ambiguidade e isso dificulta a distinção de cada um dos tipos que apresentamos. Em outras palavras, não é tão simples diferenciar, nas nossas falas diárias, os tipos de ambiguidades e, sem dúvida, a preocupação exaustiva com essa tipologia pode se tornar numa atividade cansativa e desnecessária. A nossa pretensão foi demonstrar como esse fenômeno está presente no nosso dia-a-dia e, claro, fazê-lo, daqui em diante, precisar mais determinadas falas.

A propósito de falarmos em ‘precisar’, também queremos realçar a existência de um outro fenômeno semântico bastante recorrente: a vagueza. Vagueza associa-se a... um, dois, três, a algo vago, né? Pois bem, quando falamos em vagueza, estamos nos referindo a um fenômeno relacionado ao uso de expressões imprecisas diante de um contexto específico. Na prática, ocorre por meio do uso de adjetivos relacionais (grande, alto, baixo,

simples...) ou certos quantificadores. Podemos dizer que uma pessoa de 21 anos é jovem para o exercício do cargo de deputado (costumamos achar isso!), mas se essa mesma pessoa for se matricular numa escola de balé, será considerada velha. Questão de referência, não é?

Para Cançado (2008), a vagueza pode, por vezes, ser bastante útil: é “uma maneira econômica e, contraditoriamente, exata de nos expressarmos, sem que sejamos obrigados a ter determinadas escolhas, às vezes, muito complicadas no uso da língua.” (CANÇADO, 2008, p. 60)

Em geral, falante e ouvintes chegam a um consenso e acabam deduzindo a informação adequada, mas é claro que isso não é uma constante. Logo, convém que avaliemos (se isso nos for possível!) bem se vale a pena sermos vagos diante de determinadas falas.

Para ganharmos tempo, urge dizermos que ambiguidade e vagueza são fenômenos que só se diluem no contexto. No dizer de Cançado (2008):

A diferença entre as duas é que, para a ambiguidade, o contexto tem a função de selecionar qual dos possíveis sentidos será utilizado; para a vagueza, o contexto pode apenas acrescentar alguma especificidade que não está contida na própria expressão (CANÇADO, 2008, p. 61).

Gostaríamos, ainda, de dizer que há um fenômeno que costuma ser confundido com a vagueza, trata-se da indicialidade. Tal fenômeno está em expressões referenciais que, independentemente do contexto, veiculam sentido constante. É exemplo de forma indicial o pronome eu, uma vez que, embora possa se referir a várias pessoas, a cada vez que é dita, alguém se instaura como falante. Logo, não há um sentido vago. A indicialidade, então, associa-se às palavras dêiticas, um dos assuntos a serem abordados na seção seguinte.

## DÊIXIS E ANÁFORA

O termo dêixis tem origem grega e significa ‘apontar’, identificar, situar no espaço. Dessa forma, os elementos que são validados para registrar essa particularidade linguística são chamados de ‘dêiticos’. De acordo com Dubois et al (1998, p.168),

Todo enunciado se realiza numa situação definida pelas coordenadas espaço-temporais: o sujeito refere o seu enunciado ao momento da enunciação, aos participantes na comunicação e ao lugar em que o enunciado se produz. As referências a essa situação formam a dêixis, e os elementos linguísticos que concorrem para “situar” o enunciado (para “embreá-lo na situação”) são dêiticos.

Das palavras dos autores, subjaz a confirmação de que os dêiticos permitem identificar/situar no espaço pessoas, objetos, lugares, momentos, mediante um contexto particular. Entre os elementos que respondem por essa função, encontram-se os pronomes demonstrativos, os pessoais, os advérbios de tempo e lugar, dada a dependência que mantêm com o contexto, linguístico (co-texto) ou extralinguístico. Analisemos os seguintes exemplos:

- (24) Esta menina é bela.
- (25) Eu adoro a música de Marisa Monte.
- (26) O importante é o aqui e agora.
- (27) Aquele vestido ali é o mais bonito.

Não há o que contestarmos nesses exemplos, sem dúvida, temos neles expressões absolutamente dependentes do contexto de fala. Em (24), por exemplo, faz-se necessário que o falante ‘situe’, ‘mostre’ a menina no mundo, para que reconheçamos de quem se trata. No caso de (25), como podemos identificar quem representa o eu? Oras, cabe-nos localizar o indivíduo que fala, ao contrário, não saberemos quem é a pessoa atualizada pelo pronome eu.

Questionamento semelhante podemos fazer em relação ao exemplo de (26), afinal, como entenderemos o que representam o aqui e o agora? Apenas observando onde o falante se situa e, em que tempo/momento ele fala, não é mesmo?

Em (27), somente a ação de ‘mostrar’ fará o ouvinte compreender que vestido o falante considera mais bonitos, sim?

Para sermos ainda mais enfáticos, convém chamarmos a atenção para o fato de que carecemos do contexto, em cada uma dessas situações, para identificarmos os referentes e essa “referência varia de acordo com a situação de fala” (CANÇADO, 2008, p.54). Entretanto, você há de concordar que o sentido será sempre o mesmo. Em (24), por exemplo, reconhecemos um sentido invariável: há uma menina que é bela, resta-nos saber ‘quem’ é essa menina e isso depende de nossa observação ante a “amostragem” ou “apontamento” dado pelo falante.

A par dos exemplos tratados, podemos afirmar que a dêixis compreende um dos traços definidores da linguagem humana, em contraposição às linguagens artificiais. Grosso modo, é um fenômeno que põe em evidência a presença do homem na língua.

Ao lado dessa problemática da dêixis, costuma-se tratar de um outro fenômeno, a anáfora, porque também é ligado à noção de referencialidade. A anáfora consiste numa referência a um termo anteriormente apresentado. Conforme nos orienta Câmara Jr. (1997),

Há anáfora, em vez de dêixis (v.), no uso dos pronomes (v.), quando em vez de uma indicação no espaço, há uma referência ao contexto.

Assim os demonstrativos (v.), ao lado do seu emprego dêitico, têm outro, anafórico. (CÂMARA JR., 1997, p.49)

Para sermos mais práticos, vejamos:

(28) Há um moço te esperando lá fora. Ele é gatíssimo.

(29) Se Virgínia chegar, peça que ela me espere retornar.

Os termos em itálico são caracterizados como correferenciais, ou seja, eles têm a mesma referência no mundo. Os elementos que estão sublinhados e em itálico atuam como antecedentes e aqueles que estão apenas em itálico são referencialmente dependentes de seus antecedentes. A relação que esses elementos mantêm com os seus respectivos antecedentes é de natureza anafórica.

Cumpra-nos dizer, ainda, que algumas expressões podem ser usadas ora como dêiticas, ora como anafóricas. Porém, devemos afirmar, também, que outras tantas só podem ser interpretadas anaforicamente. Vejamos:

(30) a. Ele sonhou com você. (dêixis)  
b. Pedro estava no quarto, agora, ele saiu. (anáfora)

(31) a. Dilma está orgulhosa de si mesma. (anáfora)  
b. \* Si mesma realizou o sonho de ocupar o cargo de presidente.

Só para refrescarmos sua lembrança, o uso do \* (asterisco) em (31 b.) indica que a frase não é gramatical/realizável no português.

Bem, poderíamos ter ressaltado outros e outros fenômenos semânticos, mas consideramos esses que ora apresentamos são sempre muito citados nos compêndios dedicados à Semântica e isso, por si, já demonstra a importância que ocupam no bojo das relações sobre a problemática do significado.

À guisa de nossas palavras de despedida, resta-nos lembrá-lo que o conhecimento dos fenômenos tratados nesta aula não deve ser engavetado, muito pelo contrário, deve fazer de nossas reflexões (sem exagero, claro) do dia-a-dia. Mais que isso, esses conceitos devem fazer parte da nossa rotina como docentes (ou futuros docentes da área de língua portuguesa), posto serem mananciais de sabedoria, cultura, intuição e habilidade de um povo, afinal, de nada valerão nossas pesquisas se elas não puderam ‘afetar’ para melhor nossa vida como profissionais, não é mesmo?

### CONCLUSÃO

Significar e ‘fazer significar’ na linguagem, eis o que cada um dos fenômenos e propriedades semânticas que apresentamos expressa para nós. Não à toa, selecionamos formas que podem se equivaler ou ser substituídas por outras num dado contexto, num leque amplo de possibilidades sinonímicas. Na extremidade, também recorreremos a noções antônimas e estabelecemos contradições.

Por vezes, ainda que involuntariamente, emitimos falas passíveis de interpretações distintas, por ora ambíguas, por ora vagas. E quando nos valem de uma ostentação (e por que não dizemos luxuosa?!), de palavras que denotam sentidos diferentes no vasto universo da polissemia? E nossa capacidade de ‘dar sentido’, de representar o mundo, de demarcar limites, de indicar referentes? Tudo isso integra um mundo mágico, encantador, digno de nos seduzir e de nos fazer inquietar em processos de busca pela significação, pela legitimidade de intuir, de reconhecer possibilidades de atribuir sentido ao que produzimos, de ‘coisificar’.

Sem dúvida, os fenômenos que estudamos nesta aula nos proporcionam uma reflexão sobre nossa capacidade de ser, de significar para nós mesmos, mas, sobretudo, de ‘significar para o outro’, pelo outro, com e na linguagem.

### RESUMO

Nesta aula, delineamos um quadro com alguns dos mais difundidos fenômenos semânticos, por meio da apresentação de suas características e da ilustração de suas ocorrências. Inicialmente, apontamos a sinonímia como um fenômeno caracterizado pela equivalência e não de igualdade de significado entre os termos, como consta nos manuais didáticos de língua portuguesa. Nesse peculiar, também realçamos a paráfrase como um tipo de sinonímia aplicada no plano sentencial. No lado oposto da moeda, falamos na antonímia, entendida como a capacidade que as palavras têm de se colocarem em oposição, destacando seus tipos principais: i) binária ou complementar; ii) inversa; iii) gradual. Igualmente, mostramos como esse fenômeno pode originar uma oposição de significado em sentido amplo (nível sentencial) denominada de contradição. Na sequência, demos realce à propriedade semântica da polissemia, ou seja, o fenômeno em que uma única palavra pode comportar dois ou mais significados, conforme o contexto onde aparece. Ao lado desse destaque, também mostramos o conceito de homonímia, isto é, propriedade de duas ou mais palavras de significados diferentes terem a mesma pronúncia (homófonas) ou a mesma grafia (homógrafas). Aqui, também salientamos o fato de a polissemia e a homonímia contribuírem para a constituição de um outro fenômeno: a ambiguidade. Depois, falamos dos tipos – lexical, sintática, de escopo e semântica – de expressão da ambiguidade e da peculiaridade do fenômeno conhecido por vagueza como mecanismos da imprecisão linguística. Em



seguida, trouxemos à tona os conceitos de dêixis e anáfora como traços definidores da linguagem humana, uma vez que tonificam a presença do homem na língua. Por fim, reafirmamos a importância de todos os fenômenos tratados para os estudos linguísticos, ao tempo em que insinuamos a necessidade de termos um trabalho mais prático com esses conceitos na aula de língua portuguesa.

### ATIVIDADES

Muito conceito de uma vez só nesta aula, não foi? E daí? Conhecimento nunca é demais - rs. Para deixar você bem aliviado, temos apenas uma questãozinha, ok? Boa sorte!

1. Você é um escritor e, como tal, vai elaborar uma historinha (conto -rs) que terá um desenvolvimento enrolado exatamente por causa do mau uso de certas palavras da língua, mas que será salva em função da avaliação intuitiva que uma das personagens fará sobre os fenômenos da polissemia, sinonímia, ambiguidade e vagueza. Trabalhe com pelo menos uma situação para cada um desses 4 (quatro) fenômenos.



### UM POUCO MAIS SOBRE A TEORIA DAS CASOS SEMÂNTICOS

As funções semânticas compreendem os diferentes papéis significativos que as estruturas linguísticas podem desempenhar em uma proposição. Nos últimos anos, alguns linguistas têm buscado estabelecer um inventário reduzido e operacional das funções semânticas ou casos. Dessa forma, sob o rótulo de Gramática de Casos, encontramos a teoria clássica de Fillmore (1968; 1971), a teoria semântica de Chafe (1979), a lexicalista e não transformacional de Starosta (1978), a teoria complexa de Anderson (1971) e muitos outros.

Podemos dizer que muito trabalho já foi feito, no sentido de se estabelecer e delimitar funções semânticas ou “caso. Um trabalho que se alicerça, principalmente, em dois focos gerais: i) a determinação de um número às vezes muito diversificado de funções semânticas; ii) o estabelecimento de um inventário, pretensamente universal, dessas funções.

Na perspectiva endossada por Fillmore (1968), a gramática gerativa de casos se desenvolve a partir de um símbolo inicial chamado de “frase”, que é formado por uma sequência constituída por “modalidade” e “oração”. Nesse tipo de análise, o verbo ocupa lugar especial, pois representa o centro da frase e define, no nível da estrutura profunda, os diferentes papéis ou relações casuais. Desse modo, a noção de “caso” reúne um conjunto de conceitos universais identificadores das ações que os falantes realizam entre si. Trata-se, pois, de uma gramática cuja preocupação se volta para

a determinação das relações semânticas ou papéis temáticos subjacentes à estrutura dos itens lexicais.

De acordo com Borba (1996), essa estrutura, dita conceitual, representa “a forma por meio da qual se expressa o pensamento” (BORBA, 1996, p.29). O autor acrescenta, ainda, que ela

compreende, entre outros elementos, um vocabulário de categorias conceituais primitivas. Essas categorias incluem entidades como objeto (= coisa), ação, estado, evento, lugar (direção, percurso, origem, etc.), qualidade, quantidade. (BORBA, 1996, p.29).

Diante do número vasto de casos e, claro, das inúmeras propostas que foram criadas ao longo dos anos, Borba (1996), seguindo na maioria das vezes a linha de Fillmore (1971), destaca os seguintes casos:

1. Agentivo: responsável pela ação. Ex.: Meu amigo toca bem.
2. Experienciador: reporta a uma experiência ou uma disposição mental. Ex. Lidiane ouve música (passa pela experiência de ‘ouvir’ música);
3. Beneficiário: é o destinatário de uma posse X (perda ou ganho). Ex.: Ana ganhou (ou perdeu) um carro.
4. Objetivo: trata-se da referência (afetada) que o verbo indica. Ex.: O caminho para concluir a graduação é longo.
5. Locativo: marca uma ordem espacial, um lugar. Ex.: David está no trabalho.
6. Instrumental: exprime uma causa (dita indireta) de uma ação. Ex.: Maria Helena cortou os cabelos com faca.
7. Causativo: provoca um efeito ou desencadeia uma ação a partir de um estímulo. Ex.: Algumas barracas da orla foram arrastadas com o vento forte.
8. Meta: expressa um ponto de chegada. Ex.: Os portugueses chegaram ao Brasil em 1500.
9. Origem: expressa um ponto de partida. Ex.: Cheguei de João Pessoa ontem à tarde.
10. Resultativo: liga-se a verbos de existência. Ex.: O governo Déda construiu a ponte Joel Silveira.
11. Temporal: faz indicação do/no tempo. Ex.: Há um ano a moça morre de paixão.
12. Comitativo: caracteriza-se por uma associação, com possível traço de atividade e/ou causa. Ex.: Os pais da menina morreram com ela.

Sem muito blá-blá-blá sobre as peculiaridades dessa(s) tipologia(s), podemos enfatizar que um dos maiores problemas dessa gramática é justamente a delimitação pouco sistemática dos casos tratados. Como afirma Carvalho (1987), apesar de divergências que as tipologias apresentam entre si, podemos reconhecer alguns pontos em comum. Das 20 semelhanças apontadas pelo autor, listamos as seguintes:



1. uma forte base semântica;
2. uma separação não estrita ente sintaxe e semântica;
3. uma forma mais fácil de explicar o uso da linguagem, baseando-se num modelo semântico;
4. noções de caso profundo como um universal de linguagem;
5. um conjunto de relações de casos linguisticamente definidas.

No mais, vale dizermos que, independentemente dessas oscilações tipológicas, as noções expressas na Teoria dos Casos Semânticos têm um papel fundamental no conhecimento que o falante deve ter sobre a língua e, como tal, merecem maiores investigações.

### PRÓXIMA AULA

Como você já deve estar prevendo, na próxima aula, passaremos a lidar com as teorias e os conceitos ligados à área da Pragmática.



### AUTOAVALIAÇÃO

Ih, acabou a aula, mas sempre vem uma proposta de avaliação de desempenho, né? Mesma coisa, mas a sugestão é para o seu bem. Teste seus conhecimentos sobre o assunto estudado, leia mais se for preciso, resolva os exercícios e, se julgar que está com muitas dúvidas, crie um fórum no ambiente virtual de aprendizagem, converse com seus colegas e com o tutor da disciplina. Depois de tudo, as chances que você terá de crescer em conceito numa escala de 0 a 10 serão bem maiores. Bom trabalho!



### REFERÊNCIAS

ANDERSON, John M. **The grammar of case: towards a localist theory.** London: CUP, 1977.

BORBA, Francisco da Silva (coord.). **Uma gramática de valência para o português.** São Paulo: Ática, 1996.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **Dicionário de linguística e gramática.** 18 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

CARVALHO, Maurício Brito de. Considerações sobre a diversidade de propostas das gramáticas de casos. In: NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de casos.** Araraquara-SP: UNESP, 1987, p.27 – 40.

CANÇADO, Márcia. **Manual de semântica: noções básicas e exercícios.** 2 ed. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2008.

CHAFE, Wallace. **Significado e estrutura linguística**. (Tradução de Maria Helena de Moura Neves, Odette G.L.A. de Souza Campos e Sônia Rodrigues). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

DUBOIS, Jean et alli. **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 1998.

FILLMORE, Charles J. The case for case. In: BACH and HARMS (orgs.). **Universals in Linguistic Theory**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968, p 1-88.

\_\_\_\_\_. Some problems for case grammar. In: **Monograph series on language and linguistics 24**. Washington: Georgetown University Press, D.C, 1971.

ILARI, Rodolfo; GERALDI, João Wanderley. **Semântica**. 11 ed. São Paulo: Ática, 2006.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Manual de semântica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

STAROSTA, Stan. The one per sent solution. In: **Valence, semantic case and grammatical relations**. John Benjamins: Amsterdam, 1978, 56 – 72.